

## **Discurso de posse – Desembargador Adalberto de Oliveira Melo**

Creio que não exista dádiva maior na vida do que ter o privilégio de agradecer... Agradecer o aprendizado conquistado e compartilhado; agradecer a oportunidade de fazer o bem e cumprir eticamente os nossos compromissos; agradecer a possibilidade de seguir firme na caminhada, independente dos desafios enfrentados.

Ser grato é reconhecer no outro a essência do que existe de melhor no ser humano. Quando se compartilham alegria, bondade e gratidão, não estamos sozinhos. Sou grato a todos vocês pela presença fraterna neste momento de tamanho significado.

No instante em que realizo meu primeiro discurso no cargo de presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, agradeço a Deus a oportunidade de, aos 66 anos, viver a honra de dar continuidade à história jurídica de nosso Estado. Um filho de Caruaru chegou à Presidência do Poder Judiciário pernambucano.

Ao alcançar este novo capítulo do livro da vida, agradeço imensamente o apoio incondicional de meus familiares. Não sou nada sem o sorriso, o abraço, o carinho, a palavra, o olhar e a atenção de minha família. Vocês me motivam diariamente a ser uma pessoa melhor. Especialmente para minha esposa, eterna namorada e grande companheira de vida, declaro todo o meu amor. Muito obrigado!

Agradeço a confiança de meus pares com a escolha para presidir o TJPE pelos próximos dois anos. Tenho a certeza de encontrar em cada um de vocês o aporte seguro para gerirmos este órgão de forma sábia, eficiente e eficaz.

Um agradecimento feito a cada desembargador e estendido a juízes, servidores, estagiários, voluntários, prestadores de serviço e entusiastas deste Tribunal. Um agradecimento a todas as instituições aqui representadas, porque, sem sombra de dúvidas, seremos parceiros em prol do bem e da qualidade de vida do povo pernambucano, servindo de exemplo para todos os tribunais do Brasil.

Como bem disse a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, na abertura do ano jurídico realizada na semana passada, sem “Justiça não há paz”. No momento em que o Judiciário se fortalece como a Casa de cada brasileiro, relembro a história de luta e dedicação de magistrados do TJPE, entusiastas da pacificação social, e presto homenagens póstumas aos desembargadores Roberto Ferreira Lins, Odilon de Oliveira Neto e Nildo Nery. Homenagem também feita a todos os amigos de magistratura que nos deixaram recentemente, mas que permanecem em nossas memórias como exemplos de profissionalismo e humanidade.

Aos servidores que partiram nos últimos meses, dedico a mesma homenagem póstuma ao lembrar a servidora Maria Emília Guimarães Silveira. Aproveito esta oportunidade para fazer a proposição de Medalha de Mérito post mortem a Maria Emília em reconhecimento aos excelentes serviços prestados. O reconhecimento de magistrados e servidores também passa pela valorização de cada pessoa, uma de nossas frentes de trabalho a partir deste 5 de fevereiro de 2018.

Como sabemos, cada um carrega no seu coração o meio que vive. Aquele que nada encontrou de bom nos lugares por onde passou não poderá encontrar outra coisa por aqui.

Somos todos viajantes no tempo, e o futuro de cada um de nós está escrito no passado; cada um encontra na vida exatamente aquilo que traz dentro de si mesmo.

O ambiente, o presente e o futuro somos nós que criamos, e isso só depende de nós mesmos.

O dia de hoje é uma continuação do dia de ontem.

Por isso, produzimos com qualidade pelo espírito de equipe, acreditando nas pessoas do bem.

Parodiando o Papa Francisco, temos fome de dignidade. A nossa Carta magna é comprometida com a dignidade humana, proclamando dever fundamental do Estado. E mais: não devemos nos cansar de trabalhar por um mundo mais justo e mais solidário e não podemos permanecer insensíveis a tantas injustiças.

Sua Santidade, o Papa Francisco, é enfático quando declara que não existe verdadeira promoção de bens comuns, nem verdadeiro desenvolvimento do homem quando se ignoram os pilares fundamentais que sustentam uma nação, os seus bens imateriais: a vida, a família, a educação integral, a saúde, a segurança... e por que não dizer a justiça?

O Poder Judiciário entra como fiel da balança para a consecução da paz, dando a cada um o que é seu, unindo e não dividindo, sendo mais uma pedra de encontro e não de tropeço.

Finalmente, antes de falar sobre nosso plano de ações, tenho de felicitar a anterior Mesa Diretora deste Tribunal, da qual também fiz parte, ao parabenizar o desembargador Leopoldo Raposo e todas as equipes pelos excelentes resultados alcançados nos dois últimos anos. Vossa Excelência honrou compromissos, promoveu mudanças estruturais e garantiu meios para o pleno funcionamento do TJPE.

Não à toa, o Tribunal de Pernambuco obteve o reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça, cumpriu metas, reduziu o tempo de trâmite processual, incentivou a conciliação, investiu em pessoal e infraestrutura, expandiu atividades para todas as regiões do Estado, mas, acima de tudo, esteve mais perto do povo. Tenha a certeza de que inestimável é o legado deixado por Vossa Gestão à frente do TJPE, Leopoldo. Parabéns pelo exemplo!

No momento em que assumo perante a sociedade o cargo de presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, devemos, por prudência, reunir todos os secretários e assessores da Presidência para uma análise conjunta dos principais desafios do Poder Judiciário Estadual. Entendemos que a principal meta é a prestação de um serviço jurisdicional rápido, preciso, eficiente e justo.

Devemos promover meios para que a população seja mais bem atendida, inclusive com a adoção de práticas para pleno acesso às pessoas com deficiência; melhoria na orientação do cidadão-usuário; ênfase na qualidade do serviço e do atendimento; e realização de parcerias com entidades bem-sucedidas no Estado. Nesse contexto, iremos trabalhar de forma integrada em três campos: o da continuidade, o da motivação e o da inovação.

Daremos seguimento aos projetos implantados pelas gestões anteriores e que visam à melhoria das condições de prestação de serviço e de atendimento jurisdicional. Nesse aspecto, é primordial garantirmos a expansão do Processo Judicial eletrônico às matérias ainda não atendidas pelo sistema. Pernambuco é pioneiro no uso dessa ferramenta, que traz ainda mais rapidez, segurança e economia para a tramitação de processos, permitindo a redução de custos.

O uso do PJe na Justiça estadual teve início na gestão do desembargador José Fernandes. A continuidade da implantação se deu com os desembargadores Jovaldo Nunes, Frederico Neves e Leopoldo Raposo, que realizou excelente trabalho ao aprimorar e expandir o Processo eletrônico para todas as Comarcas de Pernambuco. Num gesto de compromisso e respeito, vamos buscar meios de garantir a utilização da ferramenta nas demais matérias, a exemplo das causas penais e de família, até alcançarmos a tramitação digital em todos os novos processos.

Ainda no campo da continuidade das práticas exitosas, iremos ampliar os projetos da interiorização do Judiciário; da conservação do patrimônio público; da política de transparência do TJPE; do equilíbrio de contas; e do aperfeiçoamento de servidores e magistrados. Honrar compromissos em prol de um bem maior reflete nossa vocação para o pleno atendimento à sociedade.

Ao falarmos sobre atividades contínuas, entramos em outro campo importantíssimo de nosso plano gerencial: a motivação das pessoas. Tratamos, aqui, de incentivar o compromisso dos servidores e dos magistrados com a execução do serviço público rápido e de qualidade.

Com o apoio da Escola Judicial de Pernambuco e de outros parceiros, a busca pela formação continuada de nossas equipes será incansável, pois, profissionais qualificados melhor atendem aos anseios da população. Nesse ponto, contamos com a melhor estrutura educacional no campo jurídico do Brasil após a inauguração do novo prédio da Esmape, realizada na última sexta-feira, 2 de fevereiro.

A conquista da função gratificada para terceiro assessor de juiz da Capital é outro pleito defendido por nós e por nossas entidades representativas. Podem ter certeza de que estaremos juntos até alcançarmos essa conquista.

Da mesma forma, interligar e expandir os trabalhos de excelência desenvolvidos no TJPE são encarados como importantes métodos de motivação. Em atividade pioneira, realizada através de parceria e comprometimento, a 3ª Cível de Olinda identificou possibilidades de potencializar as atividades de rotina, com foco no melhor desempenho de processos cartorários com acompanhamento dos resultados. Essas experiências precisam ser compartilhadas com outras unidades do Judiciário estadual.

Ao citar, agora, o campo da inovação, apresentaremos o legado a ser deixado por nossa gestão. Dentre as próximas ações, propomos um plano de acessibilidade do Judiciário, com a presença de pessoas com deficiência no cotidiano jurídico como prática de inclusão social; a promoção de novas formas de prestação de serviços públicos por meio de parcerias com entes de cooperação; a flexibilização, a simplificação e a desburocratização da prestação do serviço jurisdicional; a melhoria na orientação e no atendimento do cidadão-usuário; e a promoção do trabalho conjunto com outros Poderes para a abordagem de temas comuns.

No atual contexto, o compromisso com o combate à criminalidade deve ser de todos os Poderes, dentro das atribuições definidas na Constituição Federal e Estadual. O Judiciário possui competências e responsabilidades, assim como possuem o Executivo e o Legislativo.

Dessa forma, devemos estar conectados para o estudo e a análise das melhores condutas a serem implantadas para o combate ao crime. O diálogo é necessário para que, com a valorização das ideias, seja possível compreender os erros e construir os acertos. Tenham a certeza de que a sociedade não pode ser refém da criminalidade!

Pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, temos o objetivo de construir um fórum exclusivamente criminal, adaptado às características dos processos penais, com plenas condições de trabalho para a condução e a realização de audiências com réus presos e audiências de custódia. A assinatura do protocolo de intenções para a construção ocorreu na sexta-feira, 2 de fevereiro, aqui no Palácio da Justiça, na presença de diversas autoridades.

O Fórum Criminal trará a segurança necessária para que todos os juízes e servidores possam desempenhar suas funções, sem improvisos, e voltados a maiores produtividade e atenção ao

cotidiano desses processos especiais. O prédio será construído no quilômetro 70 da Rodovia BR 101, próximo do Hospital da Mulher, numa área correspondente a três hectares, o que equivale a 30 mil metros quadrados. Essa melhoria irá se refletir em resultados práticos para a população.

No mesmo sentido, buscaremos elevar as comarcas de Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Caruaru e Petrolina para a Terceira Entrância. Nos casos das cidades da Região Metropolitana do Recife, em face do número de habitantes e da integração com os demais municípios da área. No Interior, também pela presença da Corte Regional, órgão de Segundo Grau em pleno funcionamento no Agreste e que também deverá ser instalado no Sertão.

De antemão, informo que tal projeto não é um fato absolutamente novo e nem inusitado. Não é novo, pois, na década de 1970 (mil novecentos e setenta), Caruaru pertencia à categoria de Terceira Entrância, inclusive, em igualdade de condições com o Recife. Não é inusitado, porque, o Estado vizinho da Paraíba tem como comarcas de Terceira Entrância as cidades de João Pessoa, Campina Grande, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo, por exemplo. No Nordeste, apenas Pernambuco e Bahia ainda não possuem comarcas do Interior e da Região Metropolitana com tal categoria.

A população de Caruaru é superior a 350 mil habitantes, sendo polo jurídico, econômico e cultural. A elevação da Comarca trará maior valorização para juízes e servidores da região, com incremento na política de valorização do Primeiro Grau, na interiorização do Judiciário e no incentivo à carreira pública. Nesse contexto, colabora termos uma Câmara Regional em pleno funcionamento na cidade, atendendo aos anseios do desenvolvimento social e econômico do Interior do Estado. Não é um compromisso que assumo por ser natural daquela terra que tanto amo, mas por ser pernambucano e, agora, ainda mais responsável pelo serviço prestado pelo Judiciário a cada morador deste Estado. Seja no Sertão ou no Litoral, seremos a Justiça de todos e para todos! Esse é nosso dever e nosso compromisso moral.

Novamente agradeço o gesto de confiança, cada palavra e cada atitude de apoio direcionada a mim e aos integrantes desta nova Mesa Diretora do TJPE. A marca de nossa gestão será o trabalho conjunto, colaborativo, em busca do bem maior que deve nortear o Poder Público: a plena prestação do serviço qualificado às pessoas.

Governador Paulo Henrique Saraiva Câmara e demais autoridades constituídas do Estado de Pernambuco, estaremos juntos nesta caminhada pelos próximos dois anos, na certeza de que continuaremos a honrar a história de quase dois séculos da Justiça em Pernambuco.

Muito obrigado!

Adalberto de Oliveira Melo  
Presidente

Recife, 05 de fevereiro de 2018.